

ARTEON Z3 ENERGIA S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

ARTEON Z3 ENERGIA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
ARTEON Z3 ENERGIA S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arteon Z3 Energia S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteon Z3 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 27 de julho de 2022, sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2023



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 0018337/F-4

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. Ramos'.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0

Arteon Z3 Energia S. A
 Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	389	875
Caixa Restrito	5	1.948	1.619
Concessionárias e permissionárias		1.163	232
Tributos compensáveis		4	3
Adiantamento a fornecedores	6	7.154	21.256
Ativo de contratual de concessão	7	4.885	973
Outros ativos a receber		-	1.139
Despesas antecipadas		24	11
Total do ativo circulante		15.567	26.108
Não circulante			
Adiantamento a fornecedores	6	1.628	1.628
Ativo contratual da concessão	7	118.539	102.050
Total do ativo não circulante		120.167	103.678
TOTAL DO ATIVO		135.734	129.786
Passivo Circulante			
Fornecedores	8	3.476	5.552
Empréstimos e financiamentos	10	4.771	4.085
Obrigações tributárias		650	123
Encargos Setoriais		51	-
Impostos diferidos	11	-	-
Total do passivo circulante		8.948	9.760
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	47.167	43.978
Impostos diferidos	11	8.304	7.083
Total do passivo não circulante		55.471	51.061
Patrimônio líquido			
Capital social	12	78.918	78.918
Prejuízos acumulados		(15.257)	(16.465)
Adiantamento para futuro aumento de capital		7.654	6.512
Total do patrimônio líquido		71.315	68.965
Total do passivo e patrimônio líquido		135.734	129.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arteon Z3 Energia S. A

Demonstração dos resultados do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	30.588	50.295
Custo de implementação e infraestrutura	14	(20.734)	(61.449)
Custo operacional	15	(2.108)	(229)
Lucro bruto		7.746	(11.383)
Despesas gerais e administrativas	15	(714)	(129)
Lucro antes do resultado financeiro		7.032	(11.512)
Receitas financeiras		530	47
Despesas financeiras		(5.063)	(2.642)
Resultado financeiro	16	(4.533)	(2.595)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		2.499	(14.107)
Imposto de renda e contribuição social		(643)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(648)	(1.648)
Lucro/prejuízo líquido do exercício		1.208	(15.755)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arteon Z3 Energia S. A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/prejuízo líquido do exercício	1.208	(15.755)
Total de resultados abrangentes	<u>1.208</u>	<u>(15.755)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arteon Z3 Energia S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.485	(710)	25.264	36.039
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	48.681	48.681
Aumento de capital	67.433	-	(67.433)	-
Prejuízo do exercício	-	(15.755)	-	(15.755)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	78.918	(16.465)	6.512	68.965
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.142	1.142
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	1.208	-	1.187
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.918	(15.257)	7.654	71.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Arteon Z3 Energia S. A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	1.208	(15.755)
IR e CS Diferidos	-	1.631
PIS e COFINS Diferidos	-	2.061
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	3.821	2.350
	(5.029)	(9.713)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Despesas antecipadas	(13)	64
Almoxarifado operacional	1.139	(1.139)
Tributos compensáveis	(1)	(3)
Adiantamento a fornecedores	14.102	(17.366)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Obrigações tributárias	527	(49)
Fornecedores	(2.076)	4.275
Encargos Setoriais	51	-
Diferido	1.221	-
Concessionárias e permissionárias	(931)	(232)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(1.353)	(75.716)
Atividades de investimentos		
Caixa restrito	(329)	(1.049)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos	(329)	(1.049)
Atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	-
Adiantamento para futuro de capital	1.142	48.680
Amortização de Juros	(4.687)	(3.153)
Liberação empréstimos	4.741	30.142
Juros capitalizados	-	1.472
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos	1.196	77.141
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(486)	376
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	875	499
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	389	875
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(486)	376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1.1. Informações Gerais

Objeto social

A Arteon Z3 Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 06 de setembro de 2017 e está estabelecida no município de Brasília/DF. A Companhia se encontra em fase pré-operacional, tendo por objeto social a exploração de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Arteon Z Transmissão e Participações S.A. detêm 100% do capital social da Companhia.

1.2. Concessão

No dia 08 de março de 2018, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o contrato de concessão nº 09/2018, que regula a concessão de serviços públicos de transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, localizada no Estado da Bahia.

O referido contrato contempla os dois projetos, conforme abaixo:

Projeto I - Representando o equivalente a 93,93% da RAP é composto pela subestação SE ITABUNA III, 230/138 kV, 3 x 1 50 MVA; entrada de linha, interligação de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio, localizada nos Estado da Bahia. Com data prevista para entrada em operação em 09 de setembro de 2021, e

Projeto II - Instalação de transmissão, que representa 6,07% da RAP compostas pelo Banco de Capacitores em Derivação na subestação Itabuna III, 230 kV, 20 Mvar, respectivas CONEXÕES e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Com data prevista para entrada em 30 de janeiro de 2022.

1.3. Receita Anual Permitida – RAP

Os contratos de concessão asseguram Receita Anual Permitida – RAP totalizando R\$ 12.035 (doze milhões e trinta e cinco mil reais) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Características do contrato:

Revisão Tarifária Periódica		Prazo		Prazo		Receita Anual Permitida -RAP			(*) Linhas de
Concessionária	Contrato	(anos)	Vencimento	(anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês Base	
Arteon Z3 S.A (*)	09/2018	30	08/03/2048	5	2024	IPCA	12.035	07/2022	

SE ITABUNA - BA III, 230/138 kV, 3 x 150 MVA.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As subsidiárias aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita

operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.5. Benefícios fiscais

A Companhia obteve habilitação ao REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007), que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 101, de publicada em 18 de Março de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. ("moeda funcional")

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato (Wacc regulatório). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como

prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Principais práticas contábeis

3.1 Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes e caixa, clientes, empréstimo e financiamentos, e outras contas a receber e a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 e adotados pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa

contratuais e os termos contratuais desses ativos devem gerar exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

3.1.2 Cauções e depósitos vinculados

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos.

3.2 Ativo contratual da concessão

De acordo com o OCPC05, parágrafo 84, as concessionárias de transmissão de energia têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura. A obrigação de construção da infraestrutura pode estar de forma implícita ou explícita no contrato de concessão.

Adicionalmente, na atividade de transmissão, a receita anual permitida (RAP) prevista no contrato de concessão é realizada pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende do grau de utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existindo “risco de demanda” na operação típica de uma Transmissora. Todavia, a RAP pode ser reduzida em decorrência de indisponibilidade dos sistemas.

A remuneração ao concessionário de transmissão se dá por dois fluxos:

RAP - parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente durante o prazo de concessão;

Indenização dos bens reversíveis no final do prazo de operação da concessão a ser recebida do poder concedente, quando aplicável.

Com o CPC 47-Receita de Contrato com Cliente. O CPC47 as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Em consequência ao CPC 47, o ICPC01-Contratos de Concessão foi alterado de forma a conciliar a nova norma contábil de receita de contratos com clientes que trouxe dentre outras a definição do ativo contratual, bem como o requerimento claro e explícito de identificação, determinação e alocação de receita conforme a satisfação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com os clientes da entidade.

Conforme a alteração normativa do ICPC01 trazida pelo CPC47, no parágrafo 19, a natureza da remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e que a natureza da contrapartida determina a contabilização subsequente. Todavia, em todos os casos devem ser classificados como “ativo de contrato” durante o período de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 e tão somente após satisfeita a performance que o ativo deve ser registrado como ativo financeiro, ou seja, após o faturamento.

De acordo com a orientação da CVM através do Ofício Sep 04/2020, para a adequada mensuração do ativo contatual a Companhia deve substancialmente considerar no seu modelo:

- Taxa de remuneração dos contratos sendo a TIR implícita após aplicação das margens
- Taxa de remuneração – TIR – imutável durante a execução contratual
- Identificar margens de construção e OeM
- Aplicar os efeitos da RTP sendo: para OeM por competência de acordo com a execução contratual e demais alterações diretamente no resultado

3.3 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre a bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente quando há previsão da existência de bases tributáveis, para as quais as diferenças temporárias e os prejuízos possam ser compensados.

3.4 Fornecedores

A conta fornecedores registra valores a pagar com base em notas fiscais de aquisição, faturas recebidas medições de obra, ou por estimativa, na ausência de documentação pertinente.

3.5 Receitas

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

No período pré-operacional é reconhecida a receita de infraestrutura referente aos serviços de implementação, ampliação, reforços e melhorias das instalações de energia elétrica. Essa receita é reconhecida conforme os gastos incorridos na construção e calculada acrescendo se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Já no período operacional são registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura e receita de Operação e Manutenção que consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.6 Custos e Despesas

Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos).

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos e empréstimos, são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço. Os financiamentos e empréstimos com vencimento até um ano são classificados como passivo circulante. Os financiamentos e empréstimos com vencimento superior a 12 meses da data do balanço são classificados no passivo não circulante.

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado é capitalizado como parte do custo destes ativos até o início da operação comercial. O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que comporão o ativo contratual (contratos de concessão) é reconhecido diretamente no resultado.

3.8 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixas e Bancos	1	849
Aplicações financeiras	388	26
	<u>389</u>	<u>875</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de liquidez diária, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A rentabilidade da aplicação CDB Auto Mais – Itaú em 31 de dezembro de 2022 foi de 0,65% a.m.

Arteon Z3 Energia S.A
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa Restrito

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira - conta reserva	1.948	1.619
	<u>1.948</u>	<u>1.619</u>

As aplicações em conta reserva, referem-se ao contrato de financiamento junto ao BNB, cuja finalidade é cobrir principal, juros e outros custos relacionados ao contrato. O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 3% do valor efetivamente desembolsado.

6. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	2.984	17.086
Adiantamento a partes relacionadas	4.170	4.170
	<u>7.154</u>	<u>21.256</u>

O saldo das contas de adiantamento a fornecedores refere-se a contratações de serviços técnicos profissionais e aquisição de materiais, equipamentos, serviços contratados para construção de instalações de transmissão, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo de concessão.

Os contratos de construção do empreendimento tem como característica a realização de adiantamento conforme o andamento da obra(serviço ou entrega de material). As obras foram totalmente finalizadas em 2021, há expectativa que neste exercício seja realizado o encerramento do contrato e saldo de adiantamento. A obra finalizou no final de 2021, assim, possuímos saldo em logo data para verificação de fechamento de contrato.

A conta "Adiantamento a partes relacionadas" é composta por movimentações entre Arteon Z Transmissão e Participações S.A. e Arteon Z3 Energia S.A, possuindo um saldo de R\$ 4.170 em 31/12/2021.

7. Ativo contratual da concessão

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	103.023	51.470
Receita de implementação da infraestrutura	-	49.004
Margem de implementação de infraestrutura	-	1.636
Remuneração do ativo de concessão	9.273	1.662
Receita de construção	21.473	-
Receita de operação e manutenção	977	61
Rap Projetada x Faturada	-	(578)
Receita anual permitida realizada	(11.322)	(232)
Saldo final	<u>123.424</u>	<u>103.023</u>
Circulante	4.885	973
Não circulante	118.539	102.050

Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Arteon Z3 Energia S.A
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Fornecedores

Inclui obrigações com a aquisição de máquinas, equipamentos, materiais e serviços relacionadas a implantação do empreendimento.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	3.476	5.552
	<u>3.476</u>	<u>5.552</u>

9. Provisão para contingências.

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

a. Processos Prováveis

Em 31 de dezembro de 2022, não há ação judicial com probabilidade de perda provável (em 31 de dezembro de 2021, também não havia ação judicial com probabilidade de perda provável.)

b. Processos Possíveis

A Companhia possui apenas 1 ação possível em 31 de dezembro de 2022 – R\$250 mil (Em 31 de dezembro de 2021 essa ação não existia).

10. Empréstimos e financiamentos

a) Os empréstimos são compostos da seguinte forma:

Contrato	Valor Captado	Data Início	Encargos	Data Final	Finalidade	Garantia	2022	2021
194201810815178	51.872	30/07/20	Tfc+IPCA	15/02/36	Investimento Infraestrutura	Conta reserva BNB	51.938	48.063

Em 07 de fevereiro de 2019 foi liberado o financiamento entre a Arteon Z3 Energia S/A e o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S/A. CNPJ/MF 07.237.373/0194-91. O contrato nº 194.2018.1081.5178 com valor de R\$ 51.872 e tinha como objetivo o financiamento à construção das subestações desta SPE. Com prazo de vencimento é 15 de fevereiro de 2036. Este recurso foi disponibilizado em várias liberações, sendo a última em 19 de abril de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	4.771	4.085
Não circulante	47.167	43.978
	<u>51.938</u>	<u>48.063</u>

Arteon Z3 Energia S.A
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.063
Liberação de recursos em 2021	4.741
Pagamento de juros sobre empréstimo e financiamentos	(4.687)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	3.821
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>51.938</u>

A amortização das parcelas de financiamento e empréstimos de longo prazo se apresenta da seguinte forma:

2024	2.224
2025	2.503
2026	2.801
2027 a 2036	<u>42.742</u>
Total	<u>51.938</u>

11. Tributos diferidos

a) Tributos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido passivo	2.466	2.011
Contribuição social diferida passiva	<u>1.333</u>	<u>1.140</u>
	3.799	3.151
PIS diferido	802	701
COFINS diferido	<u>3.703</u>	<u>3.231</u>
	4.505	3.932
Total	<u>8.304</u>	<u>7.083</u>
Circulante	-	-
Não circulante	8.304	7.083
IR Diferido		
Saldo inicial		2.011
Adições		639
Baixa		(183)
Saldo final		<u>2.466</u>
. Diferido		
Saldo inicial		1.140
Adições		332
Baixa		(140)
Ajuste 2021		-
Saldo final		<u>1.332</u>
IRPJ reconhecido no resultado		(192)
CSLL reconhecido no resultado		(456)
Reconhecido no resultado		<u>648</u>

Arteon Z3 Energia S.A
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 11.485, representado por 11.485.378 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da Arteon Z Transmissão e Participações S.A.

Em 01 de janeiro de 2021 através da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado a capitalização de R\$ 25.264 de saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC realizados- AFAC realizado no ano de 2021.

Em 03 de novembro de 2021 através da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado a capitalização de R\$ 42.169 de saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC realizados- AFAC realizado no ano de 2021.

Assim, em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 78.918, representado por 78.917.878 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da Arteon Z Transmissão e Participações S.A.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

O Conselho de administração, autorizou o início do processo de aumento de capital da Companhia utilizando os recursos já consignados em seu patrimônio líquido sob a forma de adiantamentos para futuro aumento de capital – (AFACs), totalizando em R\$ 7.675.

(c) Reserva de Lucros

Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. de lucros a realizar:

Reserva de lucros a realizar: Refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (25%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

13. Receita operacional líquida:

Em 31 de dezembro de 2022 receita com ativo contratual está sendo reconhecida através da taxa de 7,05%. A taxa de desconto foi determinada conforme a WACC Regulatória. A Wacc é estabelecida pela aneel no momento do leilão, refere-se a taxa de retorno esperado pela concessão.

Arteon Z3 Energia S.A
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, ocorreu recálculo anual do Ativo Contratual, que é efetuado a partir do reconhecimento da receita regulatória conforme resolução homologatória N° 2895 de 13 de julho de 2021.

A Receita de Construção está sendo reconhecida através do custo de construção, com margem de construção 3,44%

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de implementação de infraestrutura (a) e (b)	-	49.004
Margem de implementação de infraestrutura	-	1.636
Remuneração do ativo de concessão (b)	9.273	1.662
Receita de O&M	977	-
Receita de Construção	21.473	-
Receita de transmissão da rede básica	-	76
Receita bruta	31.723	52.378
PIS	(176)	(371)
COFINS	(812)	(1.712)
Pesquisa e Desenvolvimento	(111)	-
Taxa de Fiscalização	(36)	-
Receita operacional líquida	30.588	50.295

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela companhia. Quando presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregue.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado, estabelecida no início dos contratos.

14. Custo de implementação e infraestrutura:

A Companhia entrou em operação comercial em Dezembro de 2021, assim, o custo realizado de 2021 era para finalizar todos os contratos vinculados ao contrato de conceção.

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de construção	(20.734)	(60.871)
Rap Projetada x Faturada	-	(578)
	(20.734)	(61.449)

Arteon Z3 Energia S.A
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos operacionais:

O aumento refere-se a finalização das obras, que geraram a necessidade com despesa de manutenções e conversação dos equipamentos e materiais.

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	-	-
Serviços de terceiros	(1.415)	(119)
Material	(154)	(44)
Aluguéis	(510)	(2)
Tributos	-	-
Outros	(29)	(64)
	<u>(2.108)</u>	<u>(229)</u>

16. Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e encargos	-	-
Serviços de terceiros	(436)	(89)
Material	(78)	-
Aluguéis	(15)	(13)
Tributos	-	19
Outros	(185)	(8)
	<u>(714)</u>	<u>(129)</u>

17. Resultado Financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	204	47
Outras receitas	326	-
	<u>530</u>	<u>47</u>
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(3.821)	(2.350)
Multas e Atrasos	-	(3)
Variação Monetária	(41)	-
Juros	(33)	(105)
IOF, Comissões e Taxas	(1.168)	(184)
	<u>(5.063)</u>	<u>(2.642)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.533)</u>	<u>(2.595)</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022 os encargos financeiros eram de R\$ 3.821. Em 31 de dezembro de 2021, o total foi de R\$ 2.350.

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

- (a) Adiantamento para futuro aumento de capital recebido da controladora Arteon Z Transmissão e Participações S.A. a ser integralizado no exercício de 2022.

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

17.1 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 48:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

17.2 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa bancos	2	1	849
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	388	26
Caixa restrito	2	1.948	1.619
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores	2	3.476	5.552
Empréstimos e financiamentos	2	51.938	48.063

17.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Risco de crédito

A Companhia mante contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

18 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

19 Seguros (não auditado)

A Companhia tem uma política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

20 Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.
